

Lex

O MERCADO EM 2018

Imobiliário e turismo continuam a dinamizar serviços jurídicos

Advocacia que dá apoio jurídico às empresas acredita que os sectores do turismo e do imobiliário vão manter, em 2018, um papel central na dinamização da economia.

JOÃO MALTEZ
jmaltez@negocios.pt

Os sectores do imobiliário e do turismo deverão manter-se este ano como dois dos principais dinamizadores da economia nacional e, por consequência, da actividade desenvolvida pelas sociedades de advogados no apoio às empresas clientes. Pelo menos é esta a expectativa de um conjunto de prestadores de serviços jurídicos inquirido pelo Negócios, que a justificam com base no trabalho que têm em carteira no arranque de 2018, mas também com os bons indicadores orçamentais e de conjuntura.

De acordo com as estimativas do Governo inscritas no Orçamento do Estado para este ano, a economia deverá crescer 2,2%, em termos reais, o défice público deverá descer para 1%, enquanto o rácio da dívida pública face ao PIB deverá baixar para 123,5%. São projecções optimistas, sustenta o advogado Nuno Azevedo Neves, sócio da DLA Piper ABBC, que podem jogar a favor do país desde que se concretizem e, sobretudo, se conjugadas com alguns factores externos.

“O aumento de confiança dos investidores, alicerçado agora no ‘rating’ das agências de notação, vai ajudar a consolidar a recuperação no investimento, e os investidores estrangeiros vão continuar a ver o mercado português como um mercado de oportunidades”, acredita Nuno Azevedo Neves.

Até pelas razões antes expostas, Francisco Xavier de Almeida, sócio da CMS Rui Pena & Arnaut, admite ao Negócios que a sua expectativa é de que 2018 continue a ser um ano de crescimento para o merca-



Os principais centros urbanos do país, como a cidade do Porto, têm beneficiado do dinamismo dos sectores do turismo e do imobiliário.

do português da prestação de serviços jurídicos. Ideia que sustenta com o caso concreto da sociedade onde exerce a sua actividade e com um “pipeline de trabalho” para este ano que envolve as várias áreas de prática do escritório. O “managing partner” da CCA-Ontier, Domin-

João Macedo Vitorino vê no imobiliário e no turismo as excepções positivas ao nível da atracção de investimento externo.

gos Cruz, reforça esta perspectiva, quando afirma não ser expectável que os mercados do imobiliário e do turismo abrandem. Pelo menos este ano.

É também isso que espera Tomás Pessanha, sócio da PLMJ. Na sua perspectiva, “o facto de Portugal apresentar indicadores económicos interessantes – sobretudo numa perspectiva de curto a médio prazo – e continuar a ser destacado na imprensa internacional, e não apenas como destino turístico de eleição, faz supor que o país conseguirá atrair cada vez mais turistas, empreendedores e investidores”. Para o mesmo advogado, “os secto-

res do imobiliário e turismo continuarão a ser alvo de grande atenção por parte dos investidores estrangeiros”.

Nem tudo são facilidades

O advogado João Macedo Vitorino considera que o imobiliário e o turismo continuarão a ser excepções este ano ao nível da atracção de investimento externo. Em sua opinião, é difícil antecipar investimento estrangeiro, por exemplo, “na indústria”. E a explicação que apresenta para defender esta ideia é simples: este é um sector apresentado como “sexy”, embora ao mesmo tempo “tão mal se trate

Mudanças legislativas são sinónimo de mais trabalho para advogados



Paulo Duarte

As alterações legislativas que entram em vigor ou vão vigorar nas áreas da contratação pública, sector financeiro ou protecção de dados vão dar trabalho acrescido aos prestadores de serviços jurídicos ao longo dos próximos meses, dizem os advogados inquiridos pelo Negócios, quando confrontados sobre quais serão as áreas de prática de direito mais activas em 2018.

Domingos Cruz, "managing partner" da CCA-Ontier, acredita, de facto, que "determinadas alterações legislativas em curso, ou a ser lançadas, podem proporcionar boas oportunidades, pois implicarão a necessidade de as em-

presas se ajustarem a novos marcos regulatórios". É o caso, a título de exemplo, do novo Regulamento Europeu da Protecção de Dados, que entra em vigor a 25 de Maio deste ano, e que, no caso da sociedade de Domingos Cruz, segundo o próprio, levou à criação de uma equipa específica de dados pessoais.

Esta é também uma área referida por Tomás Pessanha, sócio da PLMJ, que revela o propósito do escritório a que pertence vir a alargar o grupo de trabalho das tecnologias de informação, dado que é esperado um aumento da actividade neste sector. O mesmo advogado antecipa ainda um acrésci-

mo na área do direito administrativo, na sequência da entrada em vigor do novo Código dos Contratos Públicos.

Ainda as start-ups

O advogado João Macedo Vitorino diz, por seu turno, que conta com um crescimento no domínio da indústria de apoio às start-ups, "agora que a pocira da vinda do WebSummit para Portugal já está a assentar e se começa a aprender a distinguir as fantasias e a realidade sobre o que é uma start-up".

Já Francisco Xavier de Almeida, sócio da CMS Rui Pena & Arnaut, acredita que o ano em curso

vai ter em evidência as mesmas áreas que se destacaram em 2017, ou seja, imobiliário, reestruturações na área laboral, fusões e aquisições e contencioso. As quais acrescerá a área financeira, "face ao expectável processo de venda de carteiras de crédito malparado que se espera que os bancos portugueses comecem a promover".

O conjunto dos advogados inquiridos pelo Negócios salienta ainda, de forma transversal, uma área de prática que continuará em evidência. Nuno Azevedo Neves, sócio da LA Piper ABFC, clarifica qual, ao dizer que espera "a continuação de uma exposição dos investidores ao sector imobiliário". ■

no que a leis e fiscalidade se refere".

Diogo Xavier da Cunha, presidente do conselho de administração da Miranda, diz também que não se vislumbra "um grande crescimento do investimento externo — algo que certamente teria um importante impulso ao nível dos serviços jurídicos".

Ainda assim, o sócio da Miranda diz estar optimista quanto a alguma retoma do investimento português no exterior. Designadamente em Angola, "por via da nova etapa política que o país iniciou, que se espera venha a ter significativo impacto a nível económico", conclui o mesmo advogado. ■



[Actuais indicadores económicos fazem] supor que o país conseguirá atrair cada vez mais turistas, empreendedores e investidores.



TOMÁS PESSANHA
Sócio da PLMJ, da equipa de corporate e M&A



Tendência continuará a ser de crescimento da actividade empresarial, embora não se vislumbre um grande crescimento do investimento externo.



DIOGO XAVIER DA CUNHA
Presidente do conselho de administração da Miranda



Estamos confiantes de que 2018 vai continuar a ser um ano de crescimento para o mercado da prestação de serviços jurídicos.



FRANCISCO XAVIER DE ALMEIDA
Sócio da CMS Rui Pena & Arnaut



Aumento de confiança dos investidores, alicerçado no 'rating' das agências de notação, vai ajudar a consolidar a recuperação no investimento.



NUNO AZEVEDO NEVES
Sócio da LA Piper ABFC